

Ajuste compromete caixa das companhias

O aumento das taxas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) vai comprometer entre 0,4% e 0,6% da receita das empresas, segundo estimativas de empresários e executivos de grandes companhias do País. Luiz Fernando Furlan, presidente da Sadia, diz que o impacto de Cofins e CPMF na empresa será superior a R\$ 10 milhões por ano. Isto corresponde a quase 20% do lucro de 1997. "Isto é muito relevante", diz o presidente da empresa com faturamento projetado de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões para este ano.

O cálculo da Confab, produtora de tubos, é de um impacto da CPMF sobre o faturamento dos atuais 0,4% para pouco menos de 0,6%. Entre janeiro e setembro, a empresa pagou R\$ 1,8 milhão de CPMF, equivalente a R\$ 1,2 milhão no primeiro semestre — diante de um faturamento de R\$ 319 milhões no período. Com a nova alíquota, este valor passaria para quase R\$ 2,4 milhões no semestre. "O valor corresponde ao lucro de um bom projeto, com prazo médio de seis meses. Isto significa que a empresa terá que realizar um projeto a mais, para pagar a contribuição", diz o diretor financeiro Dairson Turman. Quanto ao Cofins, a preocupação de Turman não é com a Confab "que retirará os recursos necessários do caixa", mas com as empresas descapitalizadas. "Terão que recorrer ao mercado para financiar o governo", afirma.

De acordo com o diretor, o imposto é perverso, as medidas são recessivas e não será possível repassar o seu impacto aos preços. "No setor de bens de encomenda, o que manda é a concorrência. O que pode melhorar, é a queda dos juros, que beneficiaria o cenário macroeconômico e incentivaria os investimentos".

O vice-presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), José Armando Campos de Figueiredo, calcula que o aumento da CPMF representará um custo adicional para a empresa de cerca de R\$ 4 milhões por ano, que serão somados aos R\$

Empresários depositam expectativas em queda das taxas de juros como compensação à elevação da CPMF e Cofins

7 milhões/ano gastos atualmente com base na alíquota de 0,25%. "É um valor bastante considerável", avalia o executivo da maior exportadora mundial de placas de aço.

O grupo J. Macêdo, do setor de alimentos, prevê que 0,3% do faturamento anual de R\$ 670 milhões fique comprometido com o pagamento da CPMF e Cofins em função das novas medidas fiscais. Apenas em CPMF, o descaixe será próximo a R\$ 1 milhão por ano. A empresa recolhe cerca de R\$ 100 mil por mês, referente ao movimento de R\$ 50 milhões entre recebimentos, pagamentos e aplicações.

Já o aumento de um ponto percentual na alíquota do Cofins, acarretará um custo extra de R\$ 6,6 milhões para a J. Macêdo. No total, o descaixe correspondente a este último será de R\$ 19,8 milhões. "É verdade que o Cofins é dedutível do imposto de renda e corresponde a uma antecipação que será compensada em 12 meses. Mas, com ele, perdemos rendimentos que poderíamos obter aplicando os recursos no mercado financeiro", diz Renato Garcez, diretor geral.

Considerando que a remuneração líquida de uma aplicação estaria hoje na faixa de 30% ao ano, a perda financeira da J. Macêdo só com Cofins seria de R\$ 1,1 milhão ao ano. Somando-se aos R\$ 1,1 milhão do CPMF, a empresa teria um custo próximo a R\$ 2 milhões por ano. Um volume "próximo ao faturamento mensal de uma das 12 unidades do grupo", diz Garcez.

Já a Companhia de Eletricidade de Pernambuco (Celpe) vai aproveitar o anúncio das medidas e o impacto das contribuições fiscais na sua receita para pedir autorização para aumentar a alíquota de energia elétrica. "Nós vamos negociar um aumento de tarifas com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para compensar o aumento da CPMF e do Cofins. A lei nos garan-

te este direito", afirma Marcos Cerqueira, diretor financeiro da Celpe. Para um faturamento médio de R\$ 750 milhões, a empresa passará a recolher R\$ 2,64 milhões de CPMF e R\$ 22,5 milhões em Cofins. O impacto do aumento das alíquotas ficará próximo a R\$ 9 milhões. "O valor é significativo. Representa quase 20% dos investimentos previstos para 1998 e do lucro dos primeiros nove meses do ano", diz o diretor.

A situação da World Dreams é mais delicada. Giuseppe Bizzarro, controlador do grupo, disse que as medidas vão provocar o adiamento do início das obras de sua fábrica de geladeira no Rio. O empreendimento, avaliado em US\$ 37 milhões, estava previsto para começar até o fim deste ano. "Esse aumento de impostos vai reduzir ainda mais as nossas vendas", disse ele, ao reavaliar as contas de investimentos.

O grupo esperava faturar este ano R\$ 140 milhões, contra os R\$ 169 milhões de 1997. Com as medidas, que devem atingir as vendas de Natal, a expectativa já está sendo revista para baixo.

O aumento das contribuições também preocupa a Toshiba do Brasil, que prevê retração se as taxas de juros não apresentarem queda. "Como efeito direto comerá parte das nossas margens de lucro e incidirá numa elevação de custos de cerca de 5%. Mas não poderemos repassar para o produto final porque perderíamos a competitividade", afirmou Zacharia Korn, diretor comercial da Toshiba do Brasil. Segundo ele, a empresa tentará concentrar-se na exportação e pensar em medidas criativas para amenizar o impacto das medidas fiscais. Entre elas, o executivo destaca a possibilidade de passar a importar mais componentes.

Sérgio Leão, gerente financeiro da Komatsu Brasil International — braço comercial da Komatsu do Brasil, fabricante de escavadeiras e



Luiz Fernando Furlan

tratores — prevê retração nas vendas. "Haverá retração nas vendas, mas entendemos que a redução da taxa de juros é a única saída. A área de infra-estrutura poderá sentir menos porque o segmento está atrasado, mas já está sendo afetado desde que o governo elevou os juros", afirmou. Segundo Leão, a taxa e juros para financiamento bancário de um trator subiu de 2,10% para 3,5% ao mês. Emílio Odebrecht, da

Alex Blochtein, diretor geral da Emerson Electric do Brasil, diz, que o impacto para a empresa, que fatura cerca de R\$ 100 milhões por ano, será marginal e reforça: "O que estamos interessados é em saber quan-

Celpe vai aproveitar impacto das medidas fiscais no caixa e pedir autorização à Aneel para aumentar tarifa de energia

do os juros vão começar a cair". A mesma preocupação demonstrou Emílio Odebrecht: "As empresas, que criam empregos e produzem, não podem mais continuar a ser penalizadas por taxas de juros tão elevadas, que além de inibir o crescimento, anulam sua competitividade". Ele reconhece, no entanto, que "o governo adotou medidas corretivas, que são indispensáveis e estão na direção certa, mas que nem por isso deixam de ser dolorosas".

O presidente do Conselho de Administração do Grupo Iochpe-Maxion, Ivoncy Ioschpe, disse que é preciso olhar as medidas do ângulo correto: "Quando o governo aumenta impostos, quem paga a conta é a sociedade, o mercado", porque a indústria transfere esses custos. "O que muda é que tudo

que estava sendo imaginado de investimentos imediatos, de curto prazo, fica adiado". Já Jorge Gerdau Johannpeter, da Gerdau, teme o efeito em cascata dessas medidas fiscais sobre a produção e espera que o Congresso possa analisar o assunto. "É importante que é a reforma tributária seja aprovada logo".

Para Evaldo Dreher, diretor financeiro da Tigre, "o aumento da alíquota do CPMF foi exagerado, além da expectativa, e o do Cofins uma surpresa desagradável". Dreher ressaltou que a empresa não previa custos adicionais desta escala, "mas teremos de absorvê-los". Na lista das empresas que foram surpreendidas está também a Perdigão, a Dixie-Toga, Alusa/Cavan e Xerox, que vão fazer as contas ainda hoje do impacto das medidas. A Perdigão, que deve encerrar o ano com faturamento de R\$ 1,4 bilhão, vai rever seu orçamento, segundo o diretor-geral da empresa, Ricardo Menezes.

Paulo Godoi, do grupo Alusa/Cavan, disse que, "de qualquer forma, esse impacto de aumento de custos deverá ser compensado pela carteira de pedidos da empresa em 1999", mas não acreditamos em aumento grande de receita. O grupo que fatura R\$ 200 milhões só hoje finalizará o cálculo do impacto das medidas no seu caixa. Carlos Salles, presidente do Conselho de Administração da Xerox, disse que o caixa da empresa também será afetado. Sérgio Habersfeld, do grupo Dixie-Toga, estima que o mercado de embalagens deve cair 3% este ano e, pelos menos, mais 2% em 1999".

A elevação das alíquotas da CPMF e Cofins também deverão encarecer os custos de manutenção das ações das empresas de capital aberto nas bolsas de valores. Segundo Alfred Plöger, presidente da Associação Brasileira das Companhias de Capital Aberto (Abrasca), a alíquota atual da CPMF equivale a 4,5 vezes o que a Bolsa de Nova York cobra das empresas para transacionarem suas ações no pregão.

"Isso é uma barbaridade para o mercado de capitais", afirmou.

O conjunto de medidas do ajuste fiscal poderá, no entanto, provocar uma redução das taxas de juros. Esta é a expectativa do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Fernando Bezerra. "Quanto mais rápida sua implementação, mais rápido os juros cairão", acredita ele. Os presidentes

das federações de indústrias do Rio e São Paulo, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira (Firjan) e Horácio Piva Lafer (Fiesp), também depositam expectativas na queda dos juros, como compensação para as medidas adotadas pelo governo. "Temos desafios, mas estamos diante de uma oportunidade histórica de consertar o que estava torto há muito tempo", disse Gouvêa Vieira. O empresário acredita que com a aprovação das medidas pelo Congresso, as taxas de juros possam começar a cair ainda este ano e a economia retomar a trajetória de crescimento já no segundo semestre de 1999. Essa também é a expectativa de vários líderes empresariais do País. ■

Grupo Sadia calcula que a elevação da CPMF e Cofins comprometerá R\$ 10 milhões do caixa da empresa anualmente

Participaram da reportagem: São Paulo e as sucursais do Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, Florianópolis e Curitiba